



**Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Auditoria Interna**

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2016

Brasília, fevereiro de 2017.

PRESIDENTE

Suely Mara Vaz Guimaraes de Araújo

PRESIDENTE SUBSTITUTO

Luciano de Meneses Evaristo

AUDITOR CHEFE

Luís Henrique Delmont

COORDENADOR DE AUDITORIA

Ademar Soares Orrico

CHEFE DE SERVIÇO

Daniela Medeiros Martins

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Jose Soares Junior
Antônio Serra Gomes
Augusto Rander Tomazini
Carlos Eduardo O. Oliveira
Carlos Eduardo Partika
Cleyton Santos de Souza
Diego da Silva Siqueira
Djalma Alves de Castro
Eduardo Monteiro Nascimento
Eric Fischer Rempe
Francisca Maria M. P. Barroso

José Mateus Ventura
Liciene Gonçalves de Andrade
Modemir Vieira Batista
Raphael Souza de Melo
Roberto Corder
Roberto de Souza Oliveira
Rodrigo da Silva
Sueli Bessa da Silva Vieira
Viktória Régia A. B. Mainier
Viviane Furlanes Alves Veludo

Sumário

INTRODUÇÃO	3
I – DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINT	3
II – ANÁLISE CONSOLIDADA ACERCA DO NÍVEL DE MATUREZAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS, IDENTIFICANDO AS ÁREAS QUE APRESENTARAM FALHAS RELEVANTES E INDICANDO AS AÇÕES PROMOVIDAS PARA REGULARIZAÇÃO OU MITIGAÇÃO DOS RISCOS DELAS DECORRENTES	4
III – DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT, INDICANDO SUA MOTIVAÇÃO E SEUS RESULTADOS	4
IV – RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS, COM AS JUSTIFICATIVAS PARA A SUA NÃO EXECUÇÃO E, QUANDO APLICÁVEL, COM A PREVISÃO DE SUA CONCLUSÃO	6
V – DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS	6
VI – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS, COM INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS, CARGA HORÁRIA, TEMAS E A RELAÇÃO COM OS TRABALHOS PROGRAMADOS	6
VII – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS NA DATA DE ELABORAÇÃO DO PAINT, COM A INCLUSÃO, NESTE CASO, DOS PRAZOS DE IMPLEMENTAÇÃO E AS JUSTIFICATIVAS DO GESTOR	7
VIII – DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO	8
IX – RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS TRABALHOS DE AUDITORIAS DE GESTÃO PREVISTOS NO PAINT 2016	8

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA DO IBAMA – RAINT/2016

INTRODUÇÃO

A Instrução Normativa da Controladoria-Geral da União nº 24, de 17/11/2015, determina que, anualmente, os resultados dos trabalhos de auditoria interna sejam apresentados por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), que conterá o relato sobre as atividades executadas em função das ações planejadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) referente ao exercício anterior.

Nesse sentido, apresentamos a seguir o RAINTE do Ibama, referente ao exercício de 2016, com as informações solicitadas no Art. 15 daquela Instrução Normativa.

I – DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINT

A Auditoria Interna do Ibama tem, como principal atividade, a realização de auditorias de gestão em suas unidades. Essas auditorias objetivam aferir a regularidade e avaliar a eficiência da gestão administrativa e dos resultados alcançados em decorrência da aplicação dos recursos públicos, a conformidade com os princípios básicos da administração pública como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência entre outros, bem como apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos da Instituição.

Os escopos dessas auditorias contemplaram em 2016 as seguintes áreas de exame:

- a) Gestão de Recursos Humanos: Adequabilidade da força de trabalho frente a suas atribuições; conformidade dos atos administrativos como admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ser for caso.
- b) Gestão de Compras e Contratações: Avaliação da regularidade do processo licitatório e das contratações de todas as modalidades de licitação; da execução e fiscalização contratual.
- c) Gestão Patrimonial: Avaliação o patrimônio mobiliário e imobiliário da unidade.
- d) Gestão de Tecnologia da Informação: Colher avaliação das superintendências sobre os sistemas eletrônicos utilizados; verificar se todas as demandas de TI das superintendências são atendidas; Avaliar a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicação; avaliar a estrutura física de TI.
- e) Gestão de Bens Apreendidos:
- f) Gestão dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas): Avaliação da apreensão, controle, guarda, destinação e contabilização dos bens apreendidos.
- g) Autos de Infração: Avaliação dos processos de autos de infração, com foco na prescrição de débitos.
- h) Recomendações anteriores: Verificar a implementação das recomendações da unidade analisada.

Para o exercício de 2016, o PAINT previu 15 auditorias de gestão nas unidades descritas abaixo:

- Sede do Ibama em Brasília-DF.
- Superintendências do Ibama nos estados: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, São Paulo

No entanto, em função da escassez de recursos no âmbito deste Instituto, o que limitou o pagamento de diárias e passagens, foram realizadas nove auditorias previstas, sendo a Sede em Brasília/DF e as Superintendências dos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, cujos resultados estão apresentados de forma consolidada no item IX deste relatório.

Apesar disso, ainda em 2016, foram realizadas seis auditorias especiais, não previstas no PAINT, conforme detalhado no item III do presente RAINIT.

II – ANÁLISE CONSOLIDADA ACERCA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS, IDENTIFICANDO AS ÁREAS QUE APRESENTARAM FALHAS RELEVANTES E INDICANDO AS AÇÕES PROMOVIDAS PARA REGULARIZAÇÃO OU MITIGAÇÃO DOS RISCOS DELAS DECORRENTES

A equipe de auditoria ainda carece de capacitação e ferramentas adequadas para a análise do nível de maturação dos controles internos do Ibama. Sendo assim, no exercício de 2016 não foi abordado tal assunto.

Contudo, com o advento da IN conjunta MP/CGU nº 01, de 11/05/2016, a própria CGU iniciará capacitação dos auditores do Ibama durante o exercício de 2017.

III – DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT, INDICANDO SUA MOTIVAÇÃO E SEUS RESULTADOS

No exercício de 2016 foram realizadas seis auditorias de caráter especial que não constavam no PAINT. As unidades auditadas nessa modalidade foram a Supes/PI, Gerex-SINOP/MT, Supes/DF e DIPRO, bem como o Contrato Administrativo nº30/2014, e a ONG Fase.

As auditorias de caráter especial são aquelas que são determinadas por necessidades emergenciais e pela disponibilidade de recursos humanos e orçamentários para realizá-las.

SUPES/PI

A auditoria da Supes/PI foi motivada pela denúncia feita à Linha Verde da ouvidoria deste instituto, em que o então Superintendente da Supes/PI no exercício de 26/11/2015 à 22/04/2016, teria solicitado, diretamente às empresas contratadas, a substituição de trabalhadores terceirizados, sem critério técnico ou amparo legal, para atender necessidades pessoais. Consta ainda que reuniões foram realizadas a portas fechadas, entre o

Superintendente e representantes das empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada onde foram solicitadas substituições de trabalhadores terceirizados sem qualquer participação ou manifestação dos fiscais dos respectivos contratos.

Os trabalhos de auditoria nesta unidade chegaram à conclusão de que houve tentativas indevidas de ingerência nos contratos terceirizados, que puderam ser evidenciados por documentos e depoimentos.

GEREX e SUPES/MT

Na Gerex-SINOP/MT a auditoria especial foi solicitada pela Superintendente da Supes/MT por meio do MEM. 02013.000231/2016-75, em razão da recente substituição do ocupante do cargo de Gerente Executivo em Sinop/MT.

Os trabalhos realizados pela equipe de auditoria puderam comprovar que a força de trabalho com a qual se pode contar na unidade está aquém das suas necessidades e que é necessário um levantamento feito pela gerência da real necessidade de mão de obra.

SUPES/DF

Em relação à decisão por realizar trabalho de auditoria especial na Supes/DF, a motivação foi o baixo custo do serviço e a facilidade de deslocamento até a unidade, aliadas a falta de recursos financeiros para a realização de auditorias em unidades que tinham sido previstas no PAINT.

Os resultados dessa auditoria encontram-se inseridos na consolidação dos resultados dos trabalhos de auditoria contemplados no item IX deste relatório.

DIPLAN

Os trabalhos de auditoria realizados no Contrato Administrativo nº 30/2014 foram motivados por meio de denúncia realizada por supostas irregularidades. Por meio do Despacho nº 02001.022534/2016-88/DIPLAN/IBAMA, a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN informou sobre a ocorrência de possíveis incongruências na execução do contrato.

O resultado dos trabalhos apontou que de fato há necessidade de algumas correções e a falta de controle dos fiscais do contrato.

DIPRO

A realização dos trabalhos na Diretoria de Proteção Ambiental, foi motivada por denúncia feita à Linha Verde da Ouvidoria deste Instituto. Tal denúncia trata de “suposta irregularidade praticada por servidores na utilização de helicóptero do órgão.”

A análise feita das imagens filmadas do helicóptero referentes à conduta denunciada e as suas circunstâncias não foram capazes de desabonar em nada as atitudes dos servidores ou pilotos envolvidos.

ONG FASE

A necessidade de se realizar trabalho de auditoria na ONG Fase surgiu por uma exigência do Tribunal de Contas da União (TCU) por meio do Acórdão 601/2004-TCU-Plenário que solicitou o acompanhamento das atividades desenvolvidas com os recursos obtidos com a venda de Mogno doado à ONG Fase.

Os resultados do trabalho ainda não podem ser elencados, uma vez que o relatório ainda está em processo de produção.

IV – RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS, COM AS JUSTIFICATIVAS PARA A SUA NÃO EXECUÇÃO E, QUANDO APLICÁVEL, COM A PREVISÃO DE SUA CONCLUSÃO

Conforme mencionado anteriormente no item I, a Auditoria Interna deixou de realizar seis auditorias previstas no PAINT em função da limitação de recursos de diárias e passagens no segundo semestre de 2016, quais sejam: Acre, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rondônia.

No entanto, com exceção de Bahia e Minas Gerais, as demais superintendências serão auditadas no exercício de 2017, sendo inseridas no PAINT para aquele exercício.

V – DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS

A organização das auditorias teve como impacto positivo a definição de critérios claros e efetivos para a escolha das unidades a serem auditadas, e também a criação de manuais internos para auxiliar a formação do escopo e a concretização dos trabalhos de auditoria.

Quanto aos recursos orçamentários e financeiros previstos para a execução das auditorias, estes foram insuficientes para a realização de todos os trabalhos previstos.

VI – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS, COM INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS, CARGA HORÁRIA, TEMAS E A RELAÇÃO COM OS TRABALHOS PROGRAMADOS

Para o exercício de 2016 estavam previstos a realização de oficinas internas e cursos externos nas mais diversas temáticas abordadas pela auditoria interna, contudo, em função da falta de recursos, não foram realizadas as capacitações.

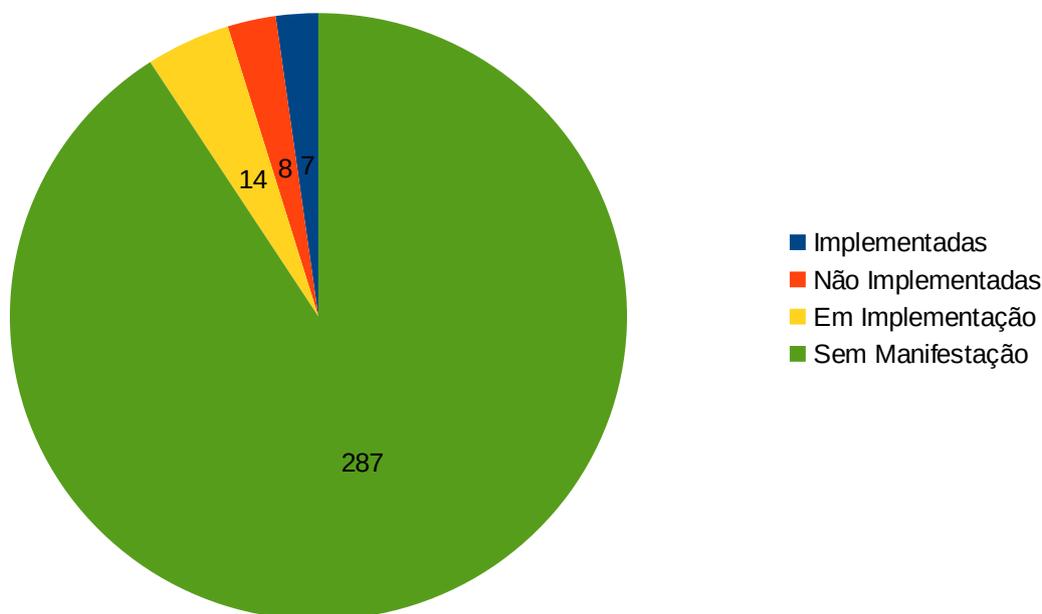
VII – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS NA DATA DE ELABORAÇÃO DO RAINT, COM A INCLUSÃO, NESTE CASO, DOS PRAZOS DE IMPLEMENTAÇÃO E AS JUSTIFICATIVAS DO GESTOR

No ano de 2016, a Auditoria Interna emitiu 316 recomendações, sendo que 1 (um) Relatório de Auditoria ainda não havia sido finalizado até o encerramento do exercício.

As recomendações exaradas pela Auditoria Interna são tratadas de quatro formas:

- a) Implementada - o gestor optou por acatar a recomendação da auditoria interna e apresentou evidências das providências adotadas.
- b) Em implementação – o gestor optou por acatar a recomendação da auditoria interna, mas as providências dependem de um período mais extenso para a implementação. Neste caso, a unidade gestora apresentou um plano de implementação das providências.
- c) Não Implementada – neste caso, ou o gestor optou por acatar a recomendação, mas não apresentou elementos suficientes que comprovem as providências, ou as providências adotadas não foram suficientes para cumprir com a recomendação.
- d) Ausência de manifestação – neste caso o gestor não apresentou nenhuma providência a respeito da recomendação.

Das 316 recomendações apresentadas, 7(sete) foram implementadas, 8(oito) foram consideradas não implementadas, 14 (quatorze) encontram-se em implementação e 287 (duzentos e oitenta e sete) não apresentaram manifestação.



Vale acrescentar aqui a publicação da Portaria nº 33, de 10 de novembro de 2016, que institui o Plano de Providências Permanente na unidade auditada do Ibama como instrumento oficial de acompanhamento das recomendações formuladas pela Auditoria Interna deste Instituto. Essa portaria define prazos e procedimentos a serem seguidos pelas unidades auditadas, assim

como estabelece as penalidades em caso de não implementação ou manifestação acerca das recomendações exaradas nos relatórios de auditoria.

Além desse instrumento, está em processo de implementação o Sistema de Auditoria Interna (SIAUDI), desenvolvido em *software* livre pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e disponibilizado no endereço eletrônico de Software Público Brasileiro¹. Esse sistema, dentre outras funções, facilita o planejamento dos trabalhos de auditoria, assim como a elaboração dos relatórios, e o acompanhamento da implementação das recomendações e geração de relatórios gerenciais.

Todavia, ainda se encontra na fase de testes internos, com previsão de utilização plena a partir do 2º semestre de 2017.

VIII – DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO

A Auditoria Interna ainda não realiza esse tipo de mapeamento dos benefícios gerados por seus trabalhos. Em compensação, em 2017, será mapeado os custos da auditoria e seus trabalhos para, a partir disso, começar a se pensar em levantar os benefícios.

IX – RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS TRABALHOS DE AUDITORIAS DE GESTÃO PREVISTOS NO PAINT 2016

Neste item será apresentado um panorama da situação atual do Ibama baseado nas nove auditorias de gestão realizadas nas unidades do Ibama e uma auditoria especial referente à gestão da Supes/DF, e em relação aos escopos de auditoria definidos no PAINT 2016.

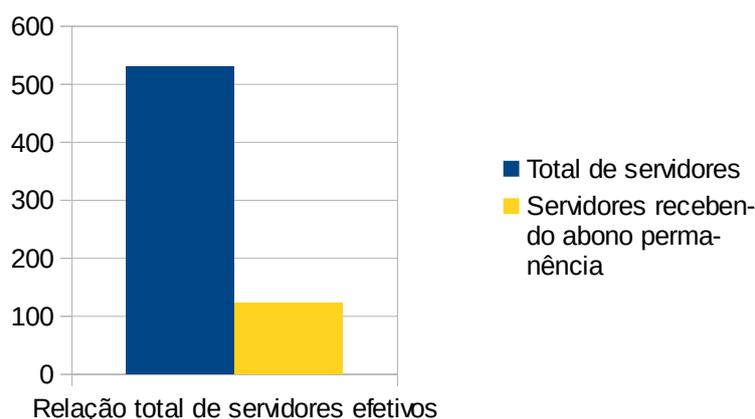
Recursos Humanos

As análises efetuadas na área de recursos humanos das várias superintendências auditadas durante o exercício de 2016 puderam detectar que a maioria das situações inadequadas se repetem constantemente.

Foi constatado na totalidade das unidades auditadas que o quantitativo de servidores efetivos é insuficiente para a realização dos trabalhos dentro dos parâmetros desejados de eficiência, eficácia e efetividade. Na sua maioria as unidades não contam com um estudo aprofundado e detalhado do quantitativo ideal de servidores para o cumprimento de todas as suas atribuições.

É possível prever que a situação futura do órgão será agravada pelo significativo número de servidores que recebem abono permanência. A partir dos números apresentados chegamos ao resultado de 123 servidores de um total de 531 recebendo o benefício. Portanto 23% dos servidores efetivos nas superintendências auditadas estão aptos a requerer aposentadoria.

¹ <https://softwarepublico.gov.br/social/siaudi>



Em algumas unidades foram levantados o número de servidores que também estarão aptos a requererem aposentadoria até 2020 e estes números são alarmantes. Como é o exemplo de Mato Grosso do Sul com uma perspectiva de 33,78% de seus servidores aptos a aposentadoria em 2020, tendo uma unidade descentralizada com 100% de seu efetivo em tal situação. Algumas unidades trazem preocupação ainda maior como é o caso da Supes/AM que apresenta 58% da sua força de trabalho aptos a aposentadoria até 2020.

Ao longo das análises e constatações apresentadas nos relatórios feitos por essa auditoria em 2016, podemos concluir sem sombra de dúvidas que todos setores e serviços do Ibama não podem alcançar os resultados pretendidos em seus trabalhos pela pouca força de trabalho disponível gerando impacto negativo ao instituto. Os exemplos disso são observados no grande número de prescrições de débitos de auto de infração, ausência de cobrança tempestiva do Cadastro Técnico Federal, má gestão de contratos administrativos e outros.

Gestão de Compras e Contratações

Quanto a análise de Gestão de Compras e Contratações realizadas durante os trabalhos de auditoria nas superintendências e na sede do Ibama, foi possível identificar um padrão nos problemas.

No geral, os processos vêm sendo bem instruídos; tanto no seu período licitatório, quanto no seu período de execução em relação às normas vigentes. Contudo alguns processos apontaram falhas como falta de documentação nos autos, pagamentos indevidos necessitando de glosa, ausência de repactuação dentro do prazo previsto e falta de estudo aprofundado para avaliar as reais necessidades de certas contratações ou aquisições dentre outros.

Como causa de tais ocorrências indesejáveis na gestão, podemos apontar como principal motivo a falta de mão de obra qualificada para a gestão e fiscalização dos contratos. No Distrito Federal por exemplo, todos os contratos são concentrados nas mãos de um único fiscal que, por ficar sobrecarregado, não consegue fazer o trabalho com qualidade ideal.

Prosseguindo com a análise dos relatórios, também ficou evidenciado que uma fonte de prejuízos financeiros para todo o Ibama, vem sendo o contrato de locação de veículos pela empresa LOCAMÉRICA².

Em todas as análises feitas do contrato nos trabalhos de auditoria foi possível identificar a subutilização dos veículos. O contrato prevê uma franquia mínima de quilometragem a ser paga pelo Ibama por carro, o que caracteriza prejuízo ao órgão uma vez que essa franquia é bem mais alta do que o real uso. Um exemplo é o estudo feito por essa auditoria no estado do Mato Grosso do Sul, onde a franquia para 17 veículos é de 59.500km e apenas 31.133km vem sendo rodados. Calculando o valor por quilômetro rodado o Ibama deveria pagar somente R\$54.697,62, quando vem pagando na verdade R\$104.851,50.

Ainda sobre os veículos locados, também observamos que em muitos estados não se tem um controle adequado da utilização dos veículos por parte das pessoas autorizadas. Não se preenche o controle de entrada e saída dos veículos, não se exige autorização para saída do veículo por parte dos responsáveis e ainda não se tem muitas vezes o controle de quem pode e de quem não pode dirigir.

No estado do Maranhão foram flagrados dois carros sendo utilizados no período da noite. Os servidores que compunham a equipe de auditoria e que, sem intenção presenciaram a utilização dos veículos em um restaurante da cidade, constataram que as pessoas envolvidas no fato estavam notoriamente em atividades não correspondentes aos interesses do Ibama.

Portanto é possível concluir que as falhas nos instrumentos de controle e a falta de recursos humanos se apresenta como principal problema nas compras, contratações e execuções de contratos na área referida. Tais dificuldades geram uma série de riscos como prejuízos financeiros, carências nos serviços e outros.

Gestão Patrimonial

A realização da análise dos bens móveis e imóveis, foi possível identificar vários pontos a serem trabalhados para se adequarem.

Apesar de em algumas unidades o controle estar adequado, o mau controle dos bens e suas localidades por meio das RBL se torna comum em muitos locais auditados. Em algumas superintendências o controle feito pelas RBL não reflete em nada a realidade; como na Supes/MS, e em outros apresentam muitas inconsistências como na Supes/DF, no Ibama/Sede, na Supes/SC e em outros.

Processos responsáveis pelas providências cabíveis em vários casos como desfazimento de bens, doações, apuração de responsabilidade, sindicância e outros, se encontram com seu andamento moroso ou até estacionado.

²

Está em curso a auditoria específica sobre este contrato. O relatório dessa auditoria deve ser finalizado até o final de abril de 2017 que trará, além das informações já apresentadas, um detalhamento pelos tópicos planejamento, licitação, contratação, fiscalização contratual.

Em dois estados foram encontradas situações mais graves como armas desaparecidas e sem registro algum de cautela. No estado do Amazonas existe um processo, transcorrendo muito lentamente, para apurar o desaparecimento das armas, e no Rio de Janeiro a falta das armas foram verificadas pela equipe de auditoria e a Superintendência não foi capaz de apresentar justificativa.

Os bens imóveis por sua vez apresentam a característica comum da necessidade de manutenção. São muitos prédios com goteiras, fios expostos, forro caindo, paredes rachadas e outras situações que geram risco para os bens móveis e principalmente para a integridade física dos servidores, funcionários terceirizados e visitantes. No Mato Grosso houve um desabamento de telhado que ocasionou danos para bens apreendidos que estavam lá depositados. Não ocorreu ferimentos em pessoas, mas poderia ter acontecido caso alguém se encontrasse no local.

Há vários imóveis que não estão adequados para o uso e necessitam de providências, pois estão gerando gastos desnecessários com água, luz, vigilância. No Estado de São Paulo a superintendência possui um grande terreno com um posto de vigilância, que não pode ser usado por estar com o solo contaminado, contaminação essa que é fruto de pesquisas feitas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). A desocupação do terreno vem causando problemas como a invasão de uma favela que está localizada ao lado do terreno e já usa parte do espaço para suas ocupações.

Também foi possível identificar alguns imóveis cedidos sem os devidos termos de cessão oficializados segundo as exigências das normas vigentes.

Bens Apreendidos

As situações encontradas nas superintendências pelas equipes de auditoria, referentes a bens apreendidos, também apontaram para ocorrências indesejadas se repetindo na totalidade das unidades e alguns poucos pontos particulares.

O maior gargalo apresentado pelos trabalhos de auditoria é o baixo quantitativo da força de trabalho que prejudica o andamento de processos, fiscalização de bens apreendidos em posse do fiel depositário e desfazimento dos bens, entre outros.

Considerando ainda a dificuldade em fiscalizar os bens apreendidos na guarda de fiéis depositários, um empecilho para a realização dos trabalhos tem sido a falta de recursos financeiros para o deslocamento de servidores até os locais onde devem estar estes mesmos bens.

Outro ponto importante a ressaltar é a falta de locais adequados para a guarda de bens apreendidos em responsabilidade da Superintendência. Muitos bens se deterioram, sofrem danos irreversíveis e até se perdem totalmente por conta da inadequação dos locais onde os bens são depositados.

Também é importante ressaltar a necessidade de se criar sistemas de controle dos bens apreendidos sob a guarda das unidades do Ibama, pois em várias unidades o controle é deficitário e ineficaz e não permite a identificação dos bens. Na superintendência do Rio de Janeiro, em um dos alojamentos é impossível identificar no entulho o que é bem apreendido e o que é patrimônio do Ibama.

Na Superintendência do Mato Grosso do Sul existe um controle eficaz dos bens, porém precário na sua forma. Pois se trata de um croqui feito à caneta que, apesar de provar o interesse da Supes/MS em organizar e controlar os bens, não atende as exigências ideais.

Tecnologia da Informação

A análise da gestão de tecnologia da informação consistiu na avaliação dos sistemas utilizados na unidade, no estudo do atendimento às demandas, na implantação da Política de Segurança da Informação, Informática e Comunicações – POSIC e das estruturas físicas onde se encontram os equipamentos de transmissão de dados via rede.

Com relação aos sistemas utilizados nas diversas unidades do Ibama, as análises foram feitas por meio da resposta de um questionário entre os seus usuários. Eles responderam perguntas sobre a qualidade dos sistemas avaliados com as respostas “bom”, “regular”, “ruim”.

Cabe ressaltar que cada sistema pode conter no máximo uma (01) avaliação por unidade auditada. Portanto o resultado final de cada avaliação feita, representa o senso coletivo das unidades.

A conclusão da análise está no quadro a seguir:

Sistemas	Bom	Regular	Ruim	Total de Avaliações
DocIbama	2	3	0	5
Sicafi	1	4	0	5
Sispat	2	0	3	5
Ibamanet	4	0	0	4
Webmail	4	0	0	4
Sismat	3	1	0	4
Sisfauna	3	0	1	4
Sisponto	2	2	0	4
Sispass	0	3	0	3
Win Mobile (PDA)	0	0	3	3
Sisweb	0	2	0	2
Sascar	0	2	0	2
Sislic	2	0	0	2
Sisliv	0	2	0	2
Dof	2	0	0	2
Siafi	1	0	0	1
Sicaf	1	0	0	1
Siac	0	0	1	1
HelpDesck	1	0	0	1
Siger	1	0	0	1
Protocolo	1	0	0	1
Geocalogo	1	0	0	1
Siscom	1	0	0	1
Deter	1	0	0	1
CSR	1	0	0	1

A partir dessa tabela não é possível estabelecer comparações entre as avaliações feitas dos diversos sistemas usados nas unidades, uma vez que não houve igualdade no número de avaliações feitas. Porém é possível perceber que alguns sistemas claramente estão atendendo às expectativas dos seus usuários. Como é o caso do Ibamanet e Webmail que tiveram maior número de avaliações e mesmo assim permaneceram com 100% de suas avaliações com resultado “Bom”.

Quanto ao atendimento de demandas de informática nas unidades, nenhuma das unidades auditadas, com exceção da Sede, possui contrato para solicitação e atendimento de solicitações HelpDesk. Em todas as Superintendências o atendimento é feito via solicitação pessoal por telefone, e-mail ou oralmente aos responsáveis pelos Núcleos de Informática (NINFO).

Os trabalhos de auditoria na área de Tecnologia da Informação, tiveram ainda um foco muito importante sobre o conhecimento e implementação da POSIC – Política de Segurança da Informação, Informática e Comunicações.

A POSIC é o normativo interno que dispõe sobre a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações neste Instituto e tem como objetivo instruir as condutas dos servidores e funcionários para que dados, equipamentos, bens móveis, bens imóveis e pessoas estejam seguras e resguardadas dentro das dependências do Ibama.

Em relação ao conhecimento da POSIC foi possível constatar que na sua grande maioria, os servidores e funcionários não conhecem as normas estabelecidas, e que ainda grande parte deles não sabem sequer da sua existência. Apenas o estado do Mato Grosso do Sul apresentou um memorando emitido pelo NINFO que informava todos os servidores e funcionários sobre a existência e importância da POSIC. Essa superintendência ainda conta com os seus procedimentos e condutas quase que totalmente de acordo com as normas, com exceção de alguns pontos onde necessita de ajustes.

Em contrapartida em todas as outras unidades examinadas pode-se verificar graves problemas de inadequação em relação as normas da POSIC. Como por exemplo: salas seguras com dimensões insuficientes, estrutura de refrigeração com apenas um ar-condicionado ou sem chave contadora para alternar o uso nos casos onde haviam dois aparelhos, em algumas unidades a sala segura estava sendo usada como depósito de materiais; ausência do uso do crachá nas dependências do Ibama; deficiência no controle de entrada e saída de pessoas nas dependências do órgão; ausência dos procedimentos para descredenciamento de servidores aposentados à rede do Ibama.

Podemos assim concluir que a forma como vem sendo contempladas as medidas de Tecnologia de Informação não é satisfatória.

Gestão dos Cetas

Os Cetas (Centro de Triagem de Animais Silvestres) possuem muitos pontos particulares entre as suas necessidades.

Porém ainda existem pontos em comum, como a falta de recursos para a manutenção das suas atividades, estruturas físicas carentes de investimentos, necessidade de recursos humanos e necessidade de contratação de empresas para manutenção predial.

É importante ressaltar que esses pontos em comum não abrangem todas as unidades auditadas. Em algumas, esses problemas não estão presentes, como na Supes/RJ, onde a estrutura física é satisfatória. Em mais de uma unidade a equipe de auditoria constatou que o

quantitativo de servidores e funcionários terceirizados é suficiente dentre outros aspectos positivos.

Portanto podemos concluir que os Cetas também carecem de medidas para aprimorar as suas atividades.

Arrecadação e Autos de Infração

As análises das equipes de auditoria referentes a arrecadação e autos de infração contemplaram as cobranças de TCFA, processos referentes a cobranças de débitos advindos de multas.

O principal problema levantado pelos trabalhos foi claramente evidenciado como sendo a falta de recursos humanos destinados a essas áreas. Grande quantidade de processos prescritos por haver sobrecarga de servidores responsáveis pelos seus acompanhamentos e ausência de fiscalização das empresas inadimplentes.

O setor de arrecadação; que na sua grande maioria controla tanto a cobrança de TCFA, quanto a cobrança de autos de infração; revela um grande potencial de crescimento nos seus resultados, capaz de melhorar integralmente o cenário do Ibama no cumprimento das suas funções. Porém a exploração desse potencial se torna impossível, enquanto não houver um incremento de recursos humanos; tanto no quantitativo, quanto no qualitativo; em todas as suas unidades. Portanto a área de arrecadação merece uma atenção especial por parte da gestão.

Recomendações Anteriores

As recomendações anteriores em relação às auditorias realizadas no exercício de 2016 foram em sua maioria absorvidas pelos presentes relatórios. Com exceção de Santa Catarina que manteve a cobrança das recomendações ainda não atendidas através do processo referente ao Relatório de Auditoria nº 014/2014.

Grande parte das recomendações foram acatadas, outras estão em implementação, outras não foram acatadas e ainda algumas que não obtiveram resposta.